

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 REGISTRO DE PREÇOS - EXCLUSIVO ME/EPP

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MATO GROSSO DO SUL – CRC/MS, órgão de fiscalização do exercício profissional contábil, criado pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, através de seu Pregoeiro Wesley de Araújo Vieira, designado pela Portaria CRC/MS nº 16/2015, de 29 de maio de 2015, e da Comissão de Apoio, designada pela Portaria CRC/MS nº 17/2015, conforme autorização do Presidente do CRC/MS torna público que fará realizar Procedimento de Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", para os serviços que constam especificados nos Termos de Referência (Anexo I), que são parte integrante deste Edital. A presente licitação reger-se-á pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº. 3.555/2000 e do Decreto nº 7.892/2013, e suas atualizações e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus Anexos.

1 - OBJETO DA LICITAÇÃO:

- 1.1. Este Edital tem por objeto a abertura de procedimento de licitação para contratação de Pessoa Jurídica especializada, empresa gráfica que realiza trabalho de editoração, diagramação e impressão em 04 cores para os seguintes serviços, conforme especificações técnicas detalhadas nos Termos de Referência (Anexo I):
 - Lote 1 Serviços de Confecção do Jornal Institucional do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul CRC/MS.
 - Lote 2 Serviço de Elaboração de Projeto Gráfico, Confecção, Produção, Impressão Gráfica, Acabamento e Geração de arquivo em PDF da versão final do material impresso do "Balanço Socioambiental 2014" e "Balanço Socioambiental 2015" do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul CRC/MS.



2- DA OBTENÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO, HORÁRIO I INFORMAÇÕES, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E ADITAMENTOS:

- 2.1. O Edital da presente licitação e seus anexos poderão ser retirados na sede do CRC/MS, na Rua Euclides da Cunha, n.º 994, Campo Grande/MS, em seu horário normal de funcionamento (De segunda a sexta feira das 7:30hs às 11:30hs e das 13:00hs às 17:00hs) ou através do site www.crcms.org.br.
- 2.2. Eventual esclarecimento e/ou impugnação ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, mediante petição escrita devidamente protocolada na sede do CRC/MS, na Rua Euclides da Cunha, n.º 994, Bairro Jardim dos Estados, Campo Grande/MS, em seu horário normal de funcionamento (De segunda a sexta feira das 7:30hs às 11:30hs e das 13:00hs às 17:00hs).
- 2.3. O Pregoeiro, juntamente com a Comissão de Apoio, responderá às questões formuladas ou decidirá sobre eventual impugnação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 2.4. Deficiências no atendimento aos requisitos para apresentação da Proposta de Preços e da Documentação para Habilitação correrão por conta e risco da empresa. Propostas que não atenderem aos requisitos integrantes neste edital e seus anexos, implicará na inabilitação ou desclassificação da empresa.
- 2.5. O CRC/MS poderá inserir, a seu critério, aditamentos, modificações ou revisões, no presente ato convocatório, até 01 (um) dia antes da data marcada para a entrega da proposta de preço e documentação de habilitação, os quais serão encaminhados, através de carta, fac símile, email ou telegrama circular, a todas as interessadas que tenham adquirido o edital.
- 2.6. Qualquer retificação ou modificação no edital exigirá reabertura do prazo inicialmente estabelecido, salvo quando a alteração de maneira clara não afetar a elaboração da proposta ou a juntada dos documentos de habilitação.
- 2.7. O Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul CRC/MS poderá anular, cancelar ou revogar o presente procedimento de licitação e a sua contratação, desde que, justificadamente, passe a ser inconveniente ou inoportuna a adjudicação do objeto da licitação para o momento, fato que não ensejará quaisquer direitos de indenização aos participantes.



3- ABERTURA: DATA, HORÁRIO E LOCAL:

3.1. A abertura da presente Licitação será em sessão pública, que ocorrerá conforme indicado abaixo, nos termos da legislação citada no preâmbulo deste Edital:

3.1.1. Dia: 17/07/2015

3.1.2. Horário: 08:00 horas

3.1.3. Local:

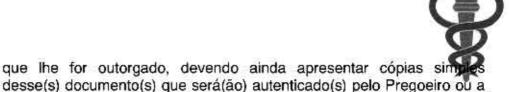
SALA DE REUNIÒES DO PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MATO GROSSO DO SUL - CRC/MS - RUA EUCLIDES DA CUNHA, Nº 994 - JARDIM DOSESTADOS - CAMPO GRANDE-MS

4- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 4.1. As presentes condições de participação descritas neste edital contêm as indicações gerais a serem observadas pelos proponentes, sendo que, a alegação de desconhecimento das mesmas, não será aceita como razão válida para o seu não cumprimento.
- 4.2. Poderão participar do presente procedimento de licitação exclusivamente Microempresas ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP do ramo de atividade compatível com os objetos deste Certame. As empresas licitantes devem prever expressamente em seus respectivos Contratos Sociais ou Estatuto em vigor, o exercício de atividades pertinente e compatível com os objetos licitados, devendo, além disso, satisfazer as condições e requisitos contidos neste edital.
- 4.3. A participação no certame importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital, seus anexos e às instruções e normas administrativas e técnicas aplicáveis, ressalvado o direito recursal.
- 4.4. Não poderão apresentar propostas, direta ou indiretamente, neste procedimento de licitação ou participar do contrato em si ou dele decorrente:
 - As empresas entre cujos dirigentes, sócios e responsáveis técnicos, haja alguém que seja Conselheiros, Delegados, empregados do Sistema CFC/CRC e qualquer pessoa, física ou jurídica, que com eles mantenham vínculo empregatício ou de sociedade;



- Cônjuges e parentes, até terceiro grau, de Conselheiros, Delegados e empregados do Conselho contratante;
- Pessoa jurídica integrada por cônjuges e/ou parentes, até o terceiro grau, de Conselheiros, Delegados e empregados do Conselho contratante;
- As empresas que estiverem em regime de falência ou recuperação judicial; com concurso de credores e as empresas em fase de dissolução ou liquidação;
- As empresas consideradas inidôneas por órgãos do Sistema CFC/CRC'S, órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal ou que estejam suspensas de licitar com qualquer um desses órgãos e/ou entidades, durante o período em que perdurar a suspensão.
- 4.5. A Licitante arcará com todos os custos diretos e indiretos para participação no presente Pregão, independentemente do resultado do processo de licitação de que trata este Edital.
- 4.6. Os documentos exigidos nos invólucros 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" e 02 "DOCUMENTAÇÃO", deverão ser apresentados em seu original ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por Cartório competente (Serventias Notariais Extrajudiciais conforme art. 581 do Código de Normas da Corregedoria de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul) ou por autenticação do Pregoeiro ou da Comissão de Apoio do CRC/MS, mediante a apresentação do(s) documento(s) original(is).
- 4.7. Não será aceita a participação de empresas retardatárias, as quais somente poderão assistir a licitação na qualidade de ouvintes.
- 4.8. O representante legal da empresa licitante deverá antes da entrega da proposta de preço e da documentação, fazer sua identificação, apresentando ao Pregoeiro do CRC/MS ou a Comissão de Apoio do CRC/MS, a Carta de Credenciamento (Anexo IV) e sua carteira de identidade em seu original e a prova da representatividade, ou, procuração lavrada em Cartório com poderes para praticar todos os atos de interesse da empresa junto ao CRC/MS e ainda com os fins específicos para representação em todos os termos da licitação de que trata este edital e com poderes para formular ofertas e lances de preços, firmar compromisso, transigir, desistir, confessar e enfim praticar todos os atos necessários para o fiel cumprimento do mandato

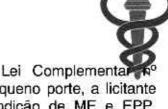


5. - DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. Às empresas que participarem da presente licitação será permitido apenas 01 (um) representante legal que será o único admitido a intervir em seu nome, o qual deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munido da Carta de Credenciamento (Anexo IV) e dos documentos abaixo relacionados, que o credenciem a participar deste procedimento licitatório, devendo ainda, no ato da entrega do credenciamento e envelopes identificar-se apresentando documento de identidade oficial com foto.
- 5.2. Por credenciais entendem-se:

Comissão de Apoio do CRC/MS.

- a) Habilitação do representante, mediante instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada de cópia do contrato social ou outro documento que comprove os poderes de outorgante para tanto;
- b) Caso seja sócio ou titular da empresa, apresentar documentos que comprovem sua capacidade de representar a mesma, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- 5.3. Os documentos deverão ser apresentados ao Pregoeiro no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes contendo Propostas de Preço e Documentação. Poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por cópia não autenticada, desde que acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro do CRC/MS, ou ainda por publicações em órgãos da Imprensa Oficial. A referida documentação será recebida pelo Pregoeiro que, se julgar necessário, verificará a sua autenticidade e veracidade.
- 5.4. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento ou, ainda, a ausência do representante, não importará na desclassificação da proposta no presente certame. Contudo, não poderá o licitante apresentar lances verbais, nem tampouco manifestarse na sessão do pregão.



5.5. Para usufruir dos direitos concedidos pela Lei Complementa 123/2006 às microempresas e empresas de pequeno porte, a licitante deverá comprovar seu enquadramento na condição de ME e EPP, apresentando declaração expressa de que cumpre os requisitos legais, sob as penas da lei.

6. CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS:

6.1. Na execução dos objetos do presente Edital, deverão ser observadas, de modo geral, as especificações técnicas pertinentes aos objetos deste Certame, conforme os Termos de Referência contidos no Anexo I, devendo ser executado rigorosamente em conformidade com as instruções e recomendações contidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente que dá lastro ao procedimento.

7- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes deste Pregão são próprias do CRC/MS, estando inclusas no Plano de Contas para o Lote 1, e, para o Lote 2.

8- SUPORTE LEGAL

- 8.1. O presente Pregão reger-se-á pela Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto nº 7.892/2013 e suas atualizações e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e, Lei Complementar nº 123/2006 (exclusivo para ME e EPP)e suas alterações posteriores, e ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus Anexos.
- 8.2. Este Pregão foi regularmente autorizado pelo Presidente do CRC/MS conforme Protocolo nº 001733, de 07 de abril de 2015 e Portaria CRC/MS nº 07/2015, de 07 de abril de 2015, para o Lote 1, e, Protocolo nº 000684, de 04 de fevereiro de 2015 e Portaria CRC/MS nº 05/2015, de 19 de fevereiro de 2015, para o Lote 2.

9- TIPO DE PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO

9.1 O presente Certame na modalidade Pregão Presencial, na forma de Sistema de Registro de Preços, obedecerá ao tipo "Menor Preço" para os objetos aqui licitados, podendo participar exclusivamente Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sendo regido pela 10.520/2002, Decreto nº. 3.555/2000 e Decreto nº 7.892/2013 e suas atualizações e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente, Lei Complementar nº 123/2006,e suas alterações posteriores, e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus Anexos.

10 - RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

10.1 Na data, hora e local definidos no "item 3" e subitens deste edital, cada empresa deverá apresentar ao Pregoeiro, simultaneamente, os envelopes com a "PROPOSTA DE PREÇO" e a "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", na forma dos itens 11 e 12 deste Edital, em envelopes não transparentes, lacrados, contendo em suas partes externas e frontais em caracteres destacados, além da razão social e CNPJ da empresa, os seguintes dizeres:

PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE № 01

À COMISSÃO PERMANENTEDE LICITAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MS EMPRESA:

CNPJ:

PROPOSTA DE PREÇO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015.

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE № 02

À COMISSÃO PERMANENTEDE LICITAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MS EMPRESA:

CNPJ:

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL № 04/2015.

- 10.2 Admitir-se-á a remessa de envelopes "Proposta de Preço" e "Documentação de Habilitação" por via postal ou qualquer outro recurso de entrega, endereçados ao Pregoeiro no endereço do CRC/MS, desde que entregues até o dia, hora e local de início da abertura do procedimento de licitação indicados no presente Edital no "Item 3" e seus subitens, remetidos os dois envelopes dentro de um único invólucro não transparente e devidamente lacrado, não podendo porém a empresa participar da Fase de Lances do Pregão.
- 10.3 O CRC/MS não se responsabilizará e nenhum efeito produzirá para a interessada se a proposta e a documentação encaminhadas por via



- postal, pessoalmente ou qualquer outro sistema de entrega não forem entregues em tempo hábil ao Pregoeiro.
- 10.4 Não será admitido o encaminhamento de Proposta de Preço e/ou documentação de habilitação via fac símile, telegrama, e-mail ou qualquer outro meio diferente dos previstos neste Edital.
- 10.5 As Propostas de Preço deverão ser digitadas e impressas em papel timbrado da empresa que a apresentar, perfeitamente legíveis, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente datadas e rubricadas em todas as folhas.
- 10.6 Após o recebimento dos envelopes, não serão aceitas juntadas ou substituição de quaisquer documentos, retificação de preços ou condições que possam influir no resultado final do procedimento de licitação, salvo nas propostas formuladas na Fase de Lances.
- 10.7 A abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" será realizada em sessão pública na forma prevista neste Edital, da qual se lavrará Ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, devendo quaisquer reclamações a respeito ser feitas pelos representantes legais no momento em que ocorrerem.

11 - PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 01

- A(s) Proposta(s) de Preço(s) (envelope nº 01) deverá(ão) ser apresentada(s) digitada(s), em papel timbrado da empresa em uma única via, sem rasuras, borrões, emendas ou entrelinhas, em português, objetiva e que não dificulte a exata compreensão do seu enunciado, datada do dia fixado para entrega dos envelopes, assinada pelo responsável e rubricada em todas as suas páginas, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante, contendo obrigatoriamente:
 - a) Menção ao número do Pregão e a Razão Social da empresa, o CNPJ, os números do telefone e do fax, o e-mail, e o endereço com CEP;
 - b) A Indicação do preço, conforme Anexo I deste Edital, em algarismos arábicos e por extenso e em moeda nacional. Havendo divergência entre os valores por extenso e em algarismos, prevalecerá o primeiro;
 - c) Declaração do prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da homologação e



adjudicação do objeto da licitação, onde deverá após isso ocorrar a assinatura do contrato na forma prevista neste Edital;

- d) Indicação do número da conta corrente e o endereço da agência por onde a empresa deseja receber o pagamento pela aquisição do objeto conforme descrito no Anexo I deste Edital, podendo tal pagamento também ser efetuado diretamente à empresa vencedora, com cheque de emissão do CRC/MS, de forma direta ou através de boleto bancário.
- e) A especificação completa do objeto conforme Anexo I deste Edital.
- f) Na formulação da Proposta de Preço a empresa deverá computar todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento dos objetos constantes no Anexo I deste Edital, especialmente os de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, taxas, fretes, ficando esclarecido que o CRC/MS não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento dos custos não considerados nos preços oferecidos, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração dos encargos fiscais após apresentação da proposta, se ainda não tiver sido faturado e emitida a competente Nota Fiscal;
- g) Declaração expressa de que o proponente se obriga ao pagamento de todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto constante no Anexo I deste Edital de Pregão.
- i) A proposta deve ser precisa, limitada rigorosamente ao objeto constante no Anexo I do presente Edital.
- j) O preço cotado deverá ser referido à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento da fatura.

12 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

- 12.1 O envelope nº 02 com a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá conter os documentos a seguir enumerados, devendo ser entregues de forma ordenada, numerados, de preferência, conforme relação a seguir, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente:
 - 12.1.1. Declaração expressa de que conhece e concorda com todos



os termos contidos no presente Edital; que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelo CRC/MS e que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

- 12.1.2. Declaração da licitante que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo à habilitação, conforme art. 32, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93;
- 12.1.3. Declaração de que não possui em seu quadro funcional, menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos, conforme artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1.988;
- 12.1.4. Habilitação Jurídica:
 - 12.1.4.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrados;
 - 12.1.4.2. Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial que comprove a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte(EPP);
 - 12.1.4.3. Cédula de Identidade.
- 12.1.5. Regularidade Fiscal:
 - 12.1.5.1. Cópia da Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
 - 12.1.5.2. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND (Portaria MF nº 358, de 05.09.2014);
 - 12.1.5.3. Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Estadual;
 - 12.1.5.4. Certidão Negativa de Débitos junto à Prefeitura Municipal;
 - 12.1.5.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990), através da apresentação de Certidão de



Regularidade de situação fornecida pela Caxa Econômica Federal – CEF, dentro do prazo de validade, original ou cópia autenticada:

- 12.1.5.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei nº 12.440 de 07.07.2011).
- 12.1.6. Qualificação Econômico-Financeira:
 - 12.1.6.1. Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em plena validade.
- 12.1.7. Qualificação Técnica:
 - 12.1.7.1. Para fins de Qualificação Técnica, deverá ser apresentado 01(um) ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas, que comprove que o licitante administra ou administrou satisfatoriamente serviços de artes gráficas compatíveis em características com o objeto desta licitação.
 - 12.1.7.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica especificada no contrato social, registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
 - 12.1.7.3. Entende-se por serviços compatíveis o desenvolvimento de trabalhos de diagramações de jornais, livros e/ou apostilas em arquivos de formato InDesign e criação e tratamento de imagens em extensão *jpg com 300dpi.
 - 12.1.7.4. Este documento deverá conter:
 - a) Informações da pessoa jurídica que expediu o documento como: nome, endereço, CNPJ, dados para contato e assinado por quem tenha competência para expedir;
 - b) Informação do período que ocorreu a prestação de serviço com o licitante;



- c) Informações sobre as características do material diagramado (livros e/ou apostilas) assim como a quantidade de páginas diagramadas.
- 12.1.7.5. Cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que o licitante possui experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, na prestação de serviços terceirizados, compatíveis com o objeto ora licitado.
- 12.1.7.6. Encaminhar, dentro do envelope de habilitação, portifólio da empresa.
- 12.2 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados no original ou por fotocópia devidamente autenticada por cartório competente. Serão aceitos certificados de regularidade fiscal, obtidos via Internet, desde que os mesmos sejam originais e tenham sua validade confirmada pelo Pregoeiro e pela Comissão de Apoio para Abertura e Julgamento das Habilitações, na fase de habilitação.
- 12.3 A autenticação na fotocópia poderá, também, ser feita pelo Pregoeiro ou pela Comissão de Apoio, no momento da abertura dos envelopes, desde que o(a) Licitante apresente a cópia acompanhada do documento original para conferência e autenticação.
- 12.4 Os documentos relacionados neste item referir-se-ão sempre à jurisdição do local de domicílio da sede do proponente.
- 12.5 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da empresa, com o número de CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da Empresa. Caso a licitante seja Matriz e a executora dos serviços seja Filial, os documentos referentes à Habilitação deverão ser apresentados em nome da Matriz e da Filial simultaneamente.
- 12.6 Serão sumariamente eliminadas as empresas que não apresentarem a documentação exigida ou que a apresentarem incompleta, incorreta ou com prazo de validade expirado.

13 - RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

13.1 No día, hora e local designados neste Edital, no "item 3", na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá dos representantes credenciados,



a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e, em envelopes distintos, devidamente fechados, as propostas de preços e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em Ata a presença dos participantes.

- 13.2 Os licitantes deverão garantir que os envelopes estejam de posse do Pregoeiro, no horário estabelecido neste Edital, para abertura da licitação, ainda que enviados pelo Correio ou qualquer outro meio, sob pena de não participarem. Não se responsabilizando o CRC/MS por qualquer atraso no recebimento.
- 13.3 Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.
- 13.4 Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preço, que serão analisadas e posteriormente rubricadas.
- 13.5 Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 13.6 O CRC/MS reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, qualquer proposta que não atenda aos seus interesses, sem que caiba quaisquer reclamações e/ou recursos pelas empresas proponentes.

14 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 14.1 O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas para o fornecimento dos objetos da presente licitação e os respectivos valores ofertados.
- 14.2 Serão desclassificadas as propostas que para sua viabilização apresentem vantagens ou subsídios não autorizados previamente em lei, assim como, as que não se encontrem em conformidade com os requisitos estabelecidos no presente edital.
- 14.3 Será classificada pelo Pregoeiro a proposta de menor preço e as demais que estejam com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo 11 do Decreto nº. 3.555.
- 14.4 Para fins de julgamento das propostas, o Pregoeiro levará em conta o critério de menor preço do objeto da presente licitação.
 - 14.4.1 Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de preços has



condições definidas no subitem 14.3, o Pregoeiro classificara es melhores propostas subsequentes, até que haja no máximo 3 (tres) propostas classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso VII do artigo 11 do Decreto no 3.555.

- 14.5 Às licitantes classificadas conforme estabelecido no item 14.4 ou no caso do item 14.4.1, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à proposta de menor valor.
- 14.6 O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor.
- 14.7 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas para o item em disputa.
- 14.8 Quando n\u00e3o mais se realizarem lances verbais, ser\u00e1 encerrada a etapa competitiva e classificadas as ofertas exclusivamente pelo crit\u00e9rio de Menor Pre\u00f3o.
- 14.9 Em caso de empate no preço inicial entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio, para ser definida qual empresa dará o primeiro lance.
- 14.10 Quando a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte estiver com restrição na comprovação da regularidade fiscal, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério do CRC/MS, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 14.10.1 A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado ao CRC/MS convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 14.11 O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao percentual ofertado, decidindo motivadamente a respeito.



- 14.12 Sendo aceitável a proposta ofertada, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação, assegurado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.
- 14.13 Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será a licitante declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.
- 14.14 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante na ordem de classificação e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 14.15 O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido um melhor preço, nas situações previstas nos subitens 14.11 e 14.14.
- 14.16 Será lavrada Ata da reunião, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Comissão de Apoio e representantes das licitantes presentes.
- 14.17 Sendo verificado, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 14.18 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. E no caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

15- DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. Após homologação do resultado deste Pregão, o CRC/MS convocará a primeira licitante classificada e, se for o caso, as demais classificadas que aceitarem fornecer pelo preço da primeira, obedecida a ordem de classificação e aos quantitativos propostos, para assinatura da Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.



- 15.2. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:
 - 15.2.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva.
 - 15.2.2. Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 15.2.3. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
- 15.3. O registro a que se refere item 15.2.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas seguintes hipóteses:
 - 15.3.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:
 - a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
 - 15.3.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras"a", "b" e "c" do item 15.3.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa
 - 15.3.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e



justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.
- 15.4. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 15.3.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
- 15.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 15.2.2 será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos itens 15.3.1 e 15.3.2.
- 15.6. O anexo que trata o item 15.2.2 consiste na ata de realização da sessão pública do pregão, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.
- 15.7. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.
- 15.8. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 15.9. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo CRC/MS por intermédio de emissão de Nota de Empenho.
- 15.10. A existência de preços registrados não obriga o CRC/MS a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

16- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

 Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

17- DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PRECO

17.1. A Ata de Registro de Preços proveniente deste Pregão terá vigência de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do extrato no Diário Oficial de MS.



18- DO PAGAMENTO

- 18.1. De acordo com o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27.12.96, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social Cofins e da Contribuição para o Pis/Pasep.
- 18.2. A tabela de bens e serviços e demais informações sobre o que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (Instrução Normativa RFB nº 1.234 DOU de 12/01/2012, seção, pág. 22 e Instrução Normativa RFB nº 765 DOU de 09/08/2007, seção, pág. 32) e por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente.
- 18.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após a entrega do(s) objeto(s) da licitação, devidamente aprovado pelo departamento competente do CRC/MS e tal pagamento ficará condicionado à apresentação e entrega por parte do Contratado da Nota Fiscal devidamente aprovada pelo departamento competente do CRC/MS, conforme Edital de Pregão, cuja Nota Fiscal deverá ser apresentada ao CRC/MS com antecedência mínima de 48 horas do prazo fixado para o respectivo pagamento.
- 18.4. A Nota Fiscal deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária. O pagamento poderá ser efetuado por boleto bancário, preferencialmente, ou depósito de cheque em conta bancária em nome da empresa. Para pagamento via depósito informar o número da conta bancária e agência para depósito do cheque.
- 18.5. As Notas Fiscais/Boletos Bancários que forem apresentadas com erro serão devolvidas a empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 18.6. Além do recebimento/aceite do(s)objeto(s) conforme Anexo I deste Edital, a Nota Fiscal deverá ser formulada, já constando os impostos e/ou taxas e contribuições que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do recebimento regular da mesma (Instrução Normativa RFB nº 1.234 DOU de 12/01/2012, seção, pág. 22 e Instrução Normativa RFB nº 765 DOU de 09/08/2007, seção, pág. 32) e da entrega do objeto.



- 18.7. A cada Emissão de Nota Fiscal, a empresa contratada deverá apresentar as seguintes certidões para comprovar a regularidade fiscal:
 - a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND (Portaria MF nº 358, de 05.09.2014);
 - b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990), através da apresentação de Certidão de Regularidade de situação fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF, dentro do prazo de validade, original ou cópia autenticada;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei nº 12.440 de 07.07.2011);
 - d) Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Estadual.
- 18.8. O CRC/MS rejeitará o material apresentado, se o mesmo estiver em desacordo com o objeto e demais exigências desta licitação; cuja análise e avaliação ficarão a critério do CRC/MS.

19- DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 19.1. A(s) empresa(s) que for(em) declarada(s) pelo Pregoeiro como a vencedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a entregar o(s) objeto(s) da licitação pelo(s) preço(s) oferecido(s), salvo quando expressamente ressalvado por este Edital.
- 19.2. Todos os materiais, equipamentos e serviços necessários à perfeita entrega e cumprimento do(s) objeto(s) contratado são de responsabilidade daempresavencedora, devendo fazer parte do preço proposto.
- 19.3. Durante a vigência da Ata, esta poderá sofrer alterações, desde que atendidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- 19.4. O(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser revisto(s) em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CRC/MS promover as necessárias negociações junto à(s) empresa(s) vencedora(s).
- 19.5. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CRC/MS deverá



- Convocar a empresa vencedora visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- Frustrada a negociação, a empresa vencedora será liberada do compromisso assumido;
- Convocar as demais empresas participantes do Certame visando igual oportunidade de negociação.
- 19.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa vencedora, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CRC/MS poderá:
 - 19.6.1. Liberar a empresa vencedora do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento do(s) objeto(s) da presente licitação;
 - Convocar as demais empresas participantes do Certame visando igual oportunidade de negociação.

20- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PRECOS

- 20.1. A(s) empresa(s) beneficiária(s), a pedido, terá(ão) seu(s) registro(s) de preço(s) cancelado(s) na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 20.1,2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
- 20.2. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa por iniciativa do CRC/MS, quando:
 - 20.2.1. O fornecedor que n\u00e3o aceitar reduzir o pre\u00f3o registrado, na hip\u00f3tese deste se tornar superior \u00e3queles praticados no mercado;
 - 20.2.2. Perder qualquer condição de habilitação exigida no processo



licitatório;

- Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- 20.2.4. N\u00e3o cumprir as obriga\u00f3\u00f3es decorrentes da Ata de Registro de Preco:
- 20.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- 20.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.
- 20.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o CRC/MS fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará ao fornecedor beneficiário a nova ordem de registro.
- 20.4. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:
 - 20.4.1. Por decurso do prazo de vigência;
 - Quando n\u00e3o restarem fornecedores registrados.
- 20.5. Não havendo êxito nas negociações, o CRC/MS deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21- DOS RECURSOS

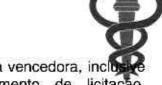
- 21.1. Ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em Ata da síntese de suas razões, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, no qual poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente.
 - 21.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso.
 - 21.1.20 recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo



- 21.1.3 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 21.1.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, e não sendo dado provimento ao recurso, o Pregoeiro encaminhará o processo para adjudicação e homologação da autoridade competente.
- Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.
- 21.3. A interposição de recursos sobre os atos praticados no curso deste procedimento de licitação observará a forma e termos previstos na legislação vigente.

22 - CONTRATO E CONDIÇÕES GERAIS A SEREM ATENDIDAS PELA CONTRATADA

- 22.1. Os contratos do CRC/MS serão regidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, aplicando-lhes, supletivamente, as demais legislações vigentes, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado e pelo princípio da Autonomia de Vontade, devendo estabelecer com clareza e precisão, todas as condições para sua perfeita execução, conforme minuta anexa que fica fazendo parte integrante deste Edital.
- 22.2. O contrato deverá ser expresso a termo e revestido das formalidades necessárias e compatíveis ao procedimento regulado, fazendo-se dele constar as cláusulas essenciais, sempre que o objeto da licitação assim o requeira, estabelecendo com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.
- 22.3. O contrato entre o CRC/MS e a empresa vencedora do Certame, relativo ao fornecimento do(s) objeto(s) deste Edital, conforme minuta anexa ao presente será firmado no prazo de até 10 (dez) dias contados da data em que o CRC/MS tiver a necessidade da contratação do(s) objeto(s).
- 22.4. É facultado ao CRC/MS, caso a empresa vencedora do Certame não assinar o Contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em



igual prazo e nas mesmas condições da proposta vencedora, inclusive quanto aos preços, ou revogar o procedimento de licitação, independentemente da cominação prevista no item seguinte.

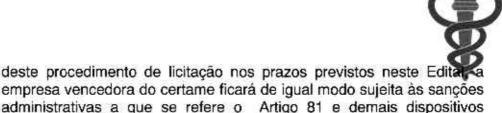
- 22.5. A recusa injustificada da empresa vencedora do Certame em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido na convocação específica, sujeita-o às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis ao assunto.
- A Contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes do Contrato.
- 22.7. A Contratada se responsabilizará por danos causados diretamente ao CRC/MS ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando do fornecimento do objeto.
- 22.8. As demais obrigações do Contratante são aquelas dispostas no Termo de Referência (Anexo I), para o Lote 1 e Lote 2, que são objetos da presente Licitação.

23- PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E/OU EXECUÇÃO DO(S) OBJETO(S)

- 23.1. No Termo de Referência (Anexo I), contêm as especificações, tanto do Lote 1, como do Lote 2, com relação:
 - a) Prazo de Entrega do(s) objeto(s);
 - b) Local de Entrega do(s) objeto(s);
 - c) Recebimento e Fiscalização do(s) objeto(s);
 - d) Condições de Entrega do(s) objeto(s);
 - e) Condições para Execução do(s) serviço(s);
 - f) Critérios de Aceitabilidade do(s) objeto(s)

24 - DAS SANÇÕES

- 24.1. Pela recusa injustificada a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CRC/MS, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa vencedora do certame, às penalidades administrativas a que se refere o Artigo 81 e demais dispositivos constantes na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 24.2. Pelo não efetivação da prestação dos serviços contidos no(s) objeto(s)



24.3. As penalidades de que tratam os itens 24.1 e 24.2 n\u00e3o impedem que o CRC/MS rescinda o contrato e aplique outras penalidades previstas em lei.

constantes na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

25 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. A participação no procedimento de licitação implica na integral e incondicional aceitação pelo Licitante de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e seus respectivos Anexos.
- 25.2. A(s) empresa(s) vencedora(s) do Certame de que trata(m) o(s) objeto(s) deste Edital, se obriga(m) ao atendimento das especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I) baseado no preço proposto pela empresa vencedora, considerado "preço final", já incluindo todos os encargos, taxas, impostos, contribuições, bonificações e quaisquer outros custos, sejam de que natureza for.
- 25.3. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro e se necessário for, pelo Presidente do CRC/MS, observando-se a legislação que dá suporte ao procedimento de Licitação e descrita no item 08 deste Edital e persistindo lacuna ou omissão, nas demais legislações que trata da matéria.
- 25.4. O horário previsto no item 3.1.2 deste Pregão Presencial poderá ser prorrogado por (dez) minutos, a critério do Pregoeiro, independentemente de consulta ao(s) licitante(s) ali presente(s).
- 25.5. O não comparecimento de quaisquer dos licitantes na reunião em que serão recebidos e julgados os envelopes de proposta de preços e documentação de habilitação, não impedirá que ela se realize.
- 25.6. Nos termos do que prescreve o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, o licitante vencedor fica obrigado a aceitar, pelos mesmos preços e nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ou nas compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do preço pelo proponente ofertado, sem prejuízo do que dispõe o inciso II, do § 2º do mesmo art. 65, da referida Lei Federal.



- 25.7. O Presidente do CRC/MS poderá revogar a presente licitação em 26 de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 25.8. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.
- 25.10. As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas na esfera administrativa, serão processadas e julgadas no Foro competente na capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

26-DOS ANEXOS

26.1. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência e especificação do objeto.

Anexo II-Minuta Ata de Registro de Precos.

Anexo III – Minuta do Contrato a ser firmado com a empresa participante vencedora deste procedimento de licitação.

Anexo IV – Modelo de Carta de Credenciamento.

Campo Grande (MS), 22 de Junho de 2015.

Contador CARLOS RUBENS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação do CRC/MS



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Pregão Presencial nº 04/2015 REGISTRO DE PREÇOS

Lote 1 - Serviços de Confecção do Jornal Institucional do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul – CRC/MS.

01. OBJETO

Contratação de Pessoa Jurídica especializada, empresa gráfica que realiza trabalho de editoração, diagramação e impressão em 04 (quatro) cores para os **Serviços de Confecção do Jornal Institucional** do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Mato Grosso do Sul — CRC/MS, conforme especificações deste certame nas condições fixadas no Edital e seus anexos.

02. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

- 2.1 A contratação para a execução dos serviços será realizada com base na Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e Decreto nº 3555/2000.
- 2.2. A contratação de empresa especializada para os referidos serviços deve-se à necessidade de divulgar matérias e notícias em geral de interesse da classe contábil de MS, prestação de contas das atividades e eventos desenvolvidos pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como propiciar a interação da entidade com os Profissionais da Contabilidade e Organizações Contábeis do Estado.

03. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 3.1- Características do Objeto
- * Tamanho fechado 21 x 31
- * Tamanho aberto- 42 x 31
- * Tipo de papel Couchê fosco 115g
- * Número de páginas 12 páginas incluindo a capa
- * Cores Policromia (4 cores) material deverá ser rodado no mínimo em equipamento bicolor
- * Acabamento: Dobrado 01 dobra, Entregues dobrados e embalados em pacotes com 100 unidades cada.
- * Tiragem por impressão 8.000 (oito mil) exemplares a cada edição, embalados em pacotes com 100 unidades cada





- 3.1.1 Disponibilização do Conteúdo As notícias, matérias, fotos, imagens e todas as informações necessárias para sua composição serão fornecidas pela Assessoria de Comunicação do CRC/MS através de mídia portátil (CD, DVD, Pen drive, etc.), ou, ainda, através de correio eletrônico (e-mail).
- 3.1.2 Diagramação/Arte-final A cada edição, após a confecção da arte-final do Jornal do CRC/MS deverá ser enviado layout, via e-mail, em até 07 (sete) dias úteis após o envio das informações (notícias, matérias, fotos etc) pela Assessoria de Imprensa do CRC/MS à empresa contratada, para que seja feita a revisão e para apreciação pela Diretoria/Presidência do CRC/MS e, em caso de novas alterações, os novos arquivos deverão ser encaminhados em até 01 (um) dia após os pedidos de alterações.A liberação do produto para impressão será feita por escrito, via e-mail, pela Assessoria de Comunicação do CRC/MS.
- 3.1.3 Projeto gráfico Se for necessário, a empresa contratada deverá criar um novo projeto gráfico para o Jornal do CRC/MS, definindo um novo padrão de identidade visual para o produto da capa ao conteúdo do jornal seguindo as especificações e a partir de orientações da Diretoria Executiva e Assessoria de Imprensa do CRC/MS. A empresa também deverá colocar à disposição da instituição, sem qualquer ônus, banco de fontes e imagens para garantir que o projeto gráfico desenvolvido possa ser efetivado. Prazo máximo de 15 (quinze) dias para confecção do projeto, a partir da contratação e/ou por ocasião da solicitação.
- **3.1.4 Da periodicidade**: É uma publicação trimestral ou de acordo com as necessidades do contratante.
- **3.1.5 Da destinação:** É uma publicação impressa, de distribuição gratuita, dirigida aos Profissionais da Contabilidade e Organizações Contábeis inscritos no CRC/MS, Empresas Parceiras do CRC/MS, Conselho Federal de Contabilidade demais Conselhos Regionais de Contabilidade.
- 3.1.6 Do conteúdo: reúne matérias e notícias em geral de interesse da classe contábil de MS, prestação de contas das atividades e eventos desenvolvidos pelo CRC/MS.
- 3.1.7 Da duração do contrato: Para confecção/impressão/acabamento do Jornal do CRC/MS.
- 3.1.8 Dos Direitos Autorais São reservados ao CRC/MS, ficando a contratada impedida de violar conteúdo do jornal ou disseminá-lo externamente.
- 3.1.9 Fonte de Informação A Diretoria Executiva e a Assessoria de Comunicação do Conselho Regional de Contabilidade do MS.
- 3.1.10 A contratada deverá ter sede na cidade de Campo Grande/MS
- 04. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO
- 4.1 Prazos de Entrega



- 4.1.1 Todas as edições deverão ser entregues no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, a partir da aprovação da diagramação e layout pelo CRC/MS.
- 4.1.2 Para diagramação do material a empresa terá 07 (sete) dias após o recebimento das informações pertinentes para entregar o layout, podendo o mesmo ser rejeitado ou aprovado.
- 4.1.3 Caso seja reprovada, a diagramação retornará a empresa contratada para as retificações indicadas e deverá apresentar nova diagramação em até 01 (um) dia, a contar do recebimento do material vetado, sendo aceito no máximo 03(três) retornos para a retificação mencionada.
- 4.1.4 A Assessoria de Comunicação do CRC/MS terá até 03 (dias) dias para analisar, aprovar ou reprovar a prova da diagramação (layout).

4.2 - Local de Entrega

Os itens deverão ser entregues na Assessoria de Comunicação do CRC/MS, situada na Rua Euclides da Cunha, 994, Jardim dos Estados, Campo Grande/MS. Aos cuidados das Srªs Marli do Nascimento da Assessoria de Comunicação e Andressa dos Santos Sanches, Encarregada do Setor de Tesouraria.

4.3 - Recebimento e Fiscalização

A Supervisão será executada pela Assessoria de Comunicação do CRC/MS e Setor de Tesouraria que procederão às conferências necessárias, juntamente com o funcionário responsável da empresa fornecedora, no ato da entrega dos mesmos e que atestará, no documento fiscal correspondente, a entrega dos produtos nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à contratada.

4.4. Condições de Entrega do Objeto da Licitação

1 - Os bens serão fornecidos parceladamente, 8.000 exemplares a cada edição, entregues dobrados, devidamente acondicionados e embalados em pacotes com 100 unidades cada e transportados com segurança e sob a responsabilidade da contratada em atendimento às solicitações periódicas por escrito expedidas pelo CRC/MS.

4.5 - Das Condições para Execução do Serviço

- 4.5.1- Apresentar prova da diagramação a cada edição, via e-mail e impressa em até 7 (sete) dias após a entrega das matérias pelo CRC/MS, conforme definido no item 4.1.2 deste Termo de Referência.
- 4.5.2- A diagramação será acompanhada pela Assessoria de Comunicação do CRC/MS, que dará o acelte final documentado e irá permitir a impressão do mesmo.
- **4.5.3 -** Após o aceite pelo CRC/MS em cada edição diagramada, deverá ser rodado o fotolito para a impressão dos exemplares.
- 4.5.4 Entregar os 8.000 (oito mil) exemplares impressos de cada edição do "Jornal do CRC/MS" no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos após o aceite final da diagramação dado pelo CRC/MS.





4.6 - Critérios de Aceitabilidade do Objeto

- **4.6.1** O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Mato Grosso do Sul CRC/MS o reserva-se o direito de **não receber o material com atraso ou em desacordo com as especificações e condições** constantes deste Edital, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato conforme Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.6.2 Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, entregues dobrados e embalados em pacotes com 100 unidades cada e transportados com segurança e sob a responsabilidade da contratada. A Assessoria de Comunicação recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com esta previsão, sem qualquer custo para o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Mato Grosso do Sul CRC/MS.
- **4.6.3** O serviço será aceito após análise realizada por funcionário designado pelo CRC/MS, que examinará a fidelidade de lay-out, a nitidez de impressão, o respeito às tonalidades indicadas e a obediência às demais características informadas neste Termo de Referência.
- **4.6.4** O material que apresentar defeito de impressão, coloração, encartelamento e qualquer outro tipo de erro será devolvido, para que em no máximo 03 (três) dias úteis, sejam corrigidos e restituídos para nova análise e aceite, sem acarretar nenhum ônus ao CRC/MS, conforme explicitado no item **4.1** PRAZOS DE ENTREGA.

05. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

06. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, TELEFONE E E-MAIL

Conselho Regional de Contabilidade de MS – Rua Euclides da Cunha, 994, Bairro Jardim dos Estados, Campo Grande/MS, CEP: 79.020-230, Fone: (67) 3326-0750,

* Assessoria de Comunicação - Marli do Nascimento, Ramal: 208, E-mail: imprensa@crcms.org.br

* Setor de Tesouraria - Andressa dos Santos Sanches, Ramal: 206, E-mail: tesouraria@crcms.org.br

07. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação são próprias do CRC/MS para este Lote 1.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Mato Grosso do Sul – CRC/MS pagará à contratada e valor correspondente ao número de jornais impressos por edições.





- 7.1 O pagamento à licitante vencedora será efetuado em moeda corrente, apresentação da Nota Fiscal em 01 (uma) via devidamente atestada por funcionario designado pelo CRC/MS, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;
- 7.2 A Nota Fiscal deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária. O pagamento poderá ser efetuado por boleto bancário, preferencialmente, ou depósito de cheque em conta bancária em nome da empresa. Para pagamento via depósito informar o número da conta bancária e agência para depósito do cheque.
- 7.3 As Notas Fiscais/Boletos Bancários que forem apresentadas com erro serão devolvidas a empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 7.4 O pagamento das Notas Fiscais somente será efetivado após a verificação da regularidade da empresa, em relação aos tributos federais, trabalhistas, previdenciários e demais obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas.
- 7.5 De acordo com o artigo 64 da lei nº 9430, de 27.12.96, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP.
- 7.6 A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (Instrução Normativa RFB Nº 1540, de 05 de janeiro de 2015) e por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente.
- 7.7 Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou execução dos serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada, já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do recebimento regular da mesma (IN RFB Nº 1540, de 05 de janeiro de 2015).

08. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **8.1.** Disponibilizar o material necessário para a diagramação do "Jornal do CRC/MS" a cada edição, assim como proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- 8.2. O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Mato Grosso do Sul disponibilizará o material necessário para a diagramação (informações, notícias, matérias, fotos, etc) através de mídia portátil (CD, DVD, Pen drive, etc.), ou, ainda, através de correio eletrônico (e-mail).
- 8.3. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio de funcionário conforme item 4.3 RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO.





- **8.4.** Caberá ao representante do CRC/MS autorizar a impressão do Jornal a promovidas eventuais correções que se fizerem necessárias.
- **8.5.** Rejeitar no todo ou em parte, os serviços e materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa.
- **8.6.** Absorver o ônus financeiro de eventual aumento de páginas e de número de exemplares (tiragem), respeitado o custo proporcional, sendo que as possíveis alterações contratuais serão ajustadas previamente entre as partes.
- 8.7. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

09. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Após a apresentação dos layouts fazer as correções e/ou ajustes indicados pelo Conselho na prova apresentada.
- 9.2 Realizar o serviço dentro das especificações técnicas acordadas e de suas características industriais, cabendo-lhe todo ônus relativo à produção, desde tinta, papel, utilização de fotolito ou outros recursos e mão de obra.
- 9.3 Cumprir o prazo de 07 (sete) dias para entrega do material a partir da liberação por e-mail por representante da contratante das provas para impressão.
- **9.4** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem defeitos ou incorreções.
- 9.5 Entregar o material impresso no local indicado pela contratante.
- 9.6 Gerar arquivo em PDF da versão final do material impresso (com as correções) e enviar à contratante, para ser utilizado em seu Portal na internet.
- 9.7 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na contratação do serviço.
- 9.8 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.
- 9.9 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.
- 9.10 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato a ser firmado.
- 9.11 Arcar com qualquer prejuízo causado à administração ou a terceiros por seus empregados ou prepostos no cumprimento e execução dos serviços, ora contratados, resultantes em indenização à administração.





9.12- Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, segures, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução do serviço.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O Licitante deverá apresentar a seguinte documentação para fins de Qualificação Técnica:

- 10.1. Encaminhar, dentro do envelope de habilitação, 01 (um) ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas, que comprove que o licitante administra ou administrou satisfatoriamente serviços de artes gráficas compatíveis em características com o objeto desta licitação.
- a) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica especificada no contrato social, registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- b) Entende-se por serviços compatíveis o desenvolvimento de trabalhos de diagramações de jornais, livros e/ou apostilas em arquivos de formato InDesign e criação e tratamento de imagens em extensão *JPG, PNG, TIFF...., acima de 300dpi.
- c) Este documento deverá conter:
- Informações da pessoa jurídica que expediu o documento como: nome, endereço,
 CNPJ, dados para contato e assinado por quem tenha competência para expedir.
- II) Informação do período que ocorreu a prestação de serviço com o licitante.
- III) Informações sobre as características do material diagramado (livros e/ou apostilas) assim como a quantidade de páginas diagramadas.
- 10.2. Cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ōes) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que o licitante possui experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, na prestação de serviços terceirizados, compatíveis com o objeto ora licitado.
- 10.3. Encaminhar, dentro do envelope de habilitação, portifólio da empresa.

11. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

A classificação das propostas será pelo critério de menor preço. Será vencedora a empresa que cotar o menor preço e atender todas as exigências do Edital.

12. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

R\$ 10.310,00, referentes à 8.000 (oito mil) exemplares por edição do jornal.





13. RESULTADOS ESPERADOS

Viabilizar a Produção de Edições do Jornal do CRC/MS para difundir informações de interesse público sobre as filosofias, as políticas, as práticas e os objetivos do CRC/MS, alinhados ao planejamento estratégico do Sistema CFC/CRCs, de modo a torná-los públicos.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. – Os representantes das empresas licitantes poderão comparecerà Assessoria de Comunicação Social do Conselho Regional de Contabilidade de MS – Rua Euclides da Cunha, 994, Bairro Jardim dos Estados, em Campo Grande/MS, para verificar o modelo do jornal informativo e conferir os dados constantes do Termo de Referência.

14.2. A contratada deverá ter sede na cidade de Campo Grande/MS.

Lote 2 - Serviço de Elaboração de Projeto Gráfico, Confecção, Produção, Impressão Gráfica, Acabamento e Geração de arquivo em PDF da versão final do material impresso do "Balanço Socioambiental 2014" e "Balanço Socioambiental 2015" do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul – CRC/MS.

01. OBJETO

Contratação de Pessoa Jurídica especializada, empresa gráfica que realiza trabalho de editoração, diagramação e impressão em 04 (quatro) cores para o Serviço de Elaboração de Projeto Gráfico, Confecção, Produção, Impressão Gráfica, Acabamento e Geração de arquivo em PDF da versão final do material impresso do "Balanço Socioambiental 2014" e "Balanço Socioambiental 2015" do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Mato Grosso do Sul — CRC/MS, conforme especificações deste certame nas condições fixadas no Edital e seus anexos.

02. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

- 2.1 A contratação para a execução dos serviços será realizada com base na Lei8.666/93 e suas alterações.
- 2.2. A contratação de empresa especializada para o referido serviço deve-se à necessidade de divulgar de forma transparente as atividades do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como divulgar ações de Responsabilidade Socioambiental praticadas pelo CRC/MS.

03. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

3.1- Características do Objeto

Formato: livro

Tamanho fechado - 21,5 x 28 cm

Tamanho aberto - 21.5 x 56 cm

Tipo de papel Capa - Couchê Liso 140g

Tipo de papel Miolo - Couchê Liso 120g



Número de páginas - 60 a 80 páginas incluindo a capa

Cores - Policromia (4 cores)

Capa - Aplicação de verniz localizado

Quantidade: 300 exemplares, embalados em pacotes com dez unidades.

Acabamento: Brochura, 02 grampos

- 3.2.1 Disponibilização do Conteúdo Os textos, fotos, imagens e todas as informações necessárias para sua composição serão fornecidas pela Assessoria de Comunicação do CRC/MSatravés de midia portátil (CD, DVD, Pen drive, etc.), ou, ainda, através de correio eletrônico (e-mail).
- 3.2.2 Projeto gráfico A empresa contratada deverá criar o projeto gráfico para o Balanço Socioambiental do CRC/MS, definindo um padrão de identidade visual para o produto da capa ao conteúdo— seguindo as especificações e a partir de orientações da Diretoria Executiva e Assessoria de Imprensa do CRC/MS. Prazo máximo de 15 (quinze) dias para confecção do projeto, a partir da contratação e/ou por ocasião da solicitação.
- 3.2.3 -Diagramação/Arte-final Após a elaboração da arte-final do Balanço Socioambiental deverá ser enviado layout, via e-mail, em até 15 (quinze) dias após o envio das informações (notícias, matérias, fotos etc) pela Assessoria de Imprensa do CRC/MS à empresa contratada, para que seja feita a revisão e para apreciação pela Diretoria/Presidência do CRC/MS e, em caso de novas alterações, os novos arquivos deverão ser encaminhados em até 07 (sete) dias após os pedidos de alterações. A liberação do produto para impressão será feita por escrito, via e-mail, pela Assessoria de Comunicação do CRC/MS.
- **3.2.4 Da destinação/conteúdo:** É uma publicação impressa, de distribuição gratuita, que tem por finalidade apresentar um relatório de gestão sintetizado do trabalho desenvolvido pela instituição classe contábil e à Sociedade.
- 3.2.5 Da duração do contrato: para confecção/impressão de 02 edições do Balanço Socioambiental do CRC/MS Edição 2014 e Edição 2015.
- 3.2.6 Dos Direitos Autorais São reservados ao CRC/MS, ficando a contratada impedida de violar o conteúdo do Balanço Socioambientalou disseminá-lo externamente.
- 3.2.7 Fonte de Informação A Diretoria Executiva e a Assessoria de Comunicação do Conselho Regional de Contabilidade do MS.
- 3.2.8 A contratada deverá ter sede na cidade de Campo Grande/MS.

04. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO 4.1 - Prazos de Entrega

4.1.1 - Cada edição do Balanço Socioambiental do CRC/MS deverá ser entregue no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da entrega do arquivo pela Assessoria de Comunicação do CRC/MS.



- **4.1.2** Para criação do projeto gráfico de cada edição do Balanço Socioambienta do CRC/MS, a empresa terá 15 (quinze) dias após o recebimento das informações pertinentes para entregar o layout, podendo o mesmo ser rejeitado ou aprovado.
- **4.1.3** Para diagramação de cada edição do Balanço Socioambiental do CRC/MS, a empresa terá 15 (quinze) dias após o recebimento das informações pertinentes para entregar o layout, podendo o mesmo ser rejeitado ou aprovado.
- 4.1.4 Caso seja reprovada, a diagramação retornará a empresa contratada para as retificações indicadas e deverá apresentar nova diagramação em até 07 (sete) dias, a contar do recebimento do material vetado.
- 4.1.5 Para impressão dos exemplares de cada edição do Balanço Sócioambiental do CRC/MS, a empresa terá 15 (quinze) dias a partir do aceite final da diagramação e confecção do fotolito dado pela Assessoria de Comunicação do CRC/MS.
- **4.1.6** A Diretoria do CRC/MS/Assessoria de Comunicação do CRC/MS terá até 05 (dias) dias para analisar, aprovar ou reprovar a prova da diagramação (layout).

4.2 - Local de Entrega

Os exemplares impressos das duas edições do Balanço Sócioambiental do CRC/MS – 2014 e 2015 deverão ser entregues na Assessoria de Comunicação, situada na Rua Euclides da Cunha, 994, Jardim dos Estados, Campo Grande/MS. Aos cuidados das Sr^as Marli do Nascimento da Assessoria de Comunicação e Andressa dos Santos Sanches, Encarregada do Setor de Tesouraria.

4.3 - Recebimento e Fiscalização

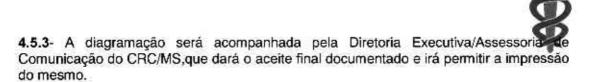
A Supervisão será executada pela Assessoria de Comunicação do CRC/MS e Setor de Tesouraria que procederão às conferências necessárias, juntamente com o funcionário responsável da empresa fornecedora, no ato da entrega dos mesmos e que atestará, no documento fiscal correspondente, a entrega dos produtos nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à contratada.

4.4. Condições de Entrega do Objeto da Licitação

1 - Os 300 exemplares de cada edição deverão ser entregues devidamente acondicionados, embalados em pacotes com 10 unidades cada e transportados com segurança e sob a responsabilidade da contratada.

4.5 - Das Condições para Execução do Serviço

- 4.5.1- Apresentar layout do projeto gráfico, via e-mail e impresso, em até 15 (quinze) dias após a entrega das matérias pelo CRC/MS, conforme definido no item 4.1.2 deste Termo de Referência.
- **4.5.2-** Apresentar prova da diagramação, via e-mail e impressa, em até 15 (quinze) dias após a entrega dos textos e fotos pelo CRC/MS, conforme definido no item **4.1.3** deste Termo de Referência.



- 4.5.4 Após dado o aceite pelo CRC/MS, deverá ser rodado o fotolito para a impressão dos exemplares.
- 4.5.5 Entregar os 300 (trezentos) exemplares impressos, de cada edição do Balanço Socioambiental do CRC/MS em até 15 (quinze) dias após o aceite final da diagramação dado pelo CRC/MS.

4.6 - Critérios de Aceitabilidade do Objeto

- **4.6.1** O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Mato Grosso do Sul CRC/MS o reserva-se o direito de não receber o material com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste Edital, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato conforme Lei Federal nº 8.666/93.
- **4.6.2** Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, embalados em pacotes com 10 unidades cada e transportados com segurança e sob a responsabilidade da contratada. A Diretoria Executiva/Assessoria de Comunicação recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com esta previsão, sem qualquer custo para o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Mato Grosso do Sul CRC/MS.
- **4.6.3** O serviço será aceito após análise realizada por funcionário designado pelo CRC/MS, que examinará a fidelidade de lay-out, a nitidez de impressão, o respeito às tonalidades indicadas e a obediência às demais características informadas neste Termo de Referência.
- **4.6.4** Os exemplares que apresentarem defeito de impressão, coloração e qualquer outro tipo de erro serão devolvidos, para que em no máximo 03 (três) dias úteis, sejam corrigidos e restituídos para nova análise e aceite, sem acarretar nenhum ônus ao CRC/MS, conforme explicitado no item **4.1.1** PRAZOPARA ENTREGA DO SERVIÇO.

05. PRAZO E CONDICOES DE GARANTIA

Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

06. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, TELEFONE E E-MAIL

Conselho Regional de Contabilidade de MS – Rua Euclides da Cunha, 994, Bairro Jardim dos Estados, Campo Grande/MS, CEP: 79.020-230, Fone: (67) 3326-0750,

- * Assessoria de Comunicação Marli do Nascimento, Ramal: 208, E-mail: imprensa@crcms.org.br
- * Setor de Tesouraria Andressa dos Santos Sanches, Ramal: 206, E-mail: tesouraria@crcms.org.br



07. DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA, CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação são próprias do CRC/MS para este Lote 2.

- 7.1 O pagamento à licitante vencedora será efetuado em moeda corrente, após apresentação da Nota Fiscal em 01 (uma) via devidamente atestada por funcionário designado pelo CRC/MS, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;
- 7.2 A Nota Fiscal deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária. O pagamento poderá ser efetuado por boleto bancário, preferencialmente, ou depósito de cheque em conta bancária em nome da empresa. Para pagamento via depósito informar o número da conta bancária e agência para depósito do cheque.
- 7.3 As Notas Fiscais/Boletos Bancários que forem apresentadas com erro serão devolvidas a empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 7.4 O pagamento das Notas Fiscais somente será efetivado após a verificação da regularidade da empresa, em relação aos tributos federais, trabalhistas, previdenciários e demais obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas.
- 7.5 De acordo com o artigo 64 da lei nº 9430, de 27.12.96, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP.
- 7.6 A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (Instrução Normativa RFB Nº 1540, de 05 de janeiro de 2015) e por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente.
- 7.7 Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou execução dos serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada, já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do recebimento regular da mesma (IN RFB Nº 1540, de 05 de janeiro de 2015).

08. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Disponibilizar o material necessário para a diagramação de cada uma das edições do "Balanço Sócioambiental do CRC/MS", assim como proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- **8.2.** O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Mato Grosso do Sul disponibilizará o material necessário para a diagramação (informações, textos, fotos, etc) através de mídia portátil (CD, DVD, Pen drive, etc.), ou, ainda, através de correio eletrônico (e-mail).



- 8.3. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio de funcionário conforme item 4.3 RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO.
- **8.4.** Caberá ao representante do CRC/MS autorizar a impressão de cada uma das edições do "Balanço Sócioambiental do CRC/MS" após promovidas eventuais correções que se fizerem necessárias.
- **8.5.** Rejeitar no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa.
- **8.6.** Absorver o ônus financeiro de eventual aumento de páginas e de número de exemplares (tiragem), respeitado o custo proporcional, sendo que as possíveis alterações contratuais serão ajustadas previamente entre as partes.
- 8.7. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

09. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Após a apresentação dos layouts fazer as correções e/ou ajustes indicados pelo Conselho na prova apresentada.
- 9.2 Realizar o serviço dentro das especificações técnicas acordadas e de suas características industriais, cabendo-lhe todo ônus relativo à produção, desde tinta, papel, utilização de fotolito ou outros recursos e mão de obra.
- 9.3 Cumprir o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do material a partir da liberação por e-mail por representante da contratante das provas para impressão.
- **9.4 -** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem defeitos ou incorreções.
- 9.5 Entregar o material impresso no local ou locais indicados pela contratante.
- 9.6 Gerar arquivo em PDF da versão final do material impresso (com as correções), a ser utilizado pela contratante em seu Portal na internet.
- 9.7 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na contratação do serviço.
- 9.8 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.
- 9.9 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.
- 9.10 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato a ser firmado sem prévia e expressa anuência do CRC/MS.



- 9.11 Arcar com qualquer prejuízo causado à administração ou a terceiros por sens empregados ou prepostos no cumprimento e execução dos serviços, ora contratados, resultantes em indenização à administração.
- 9.12- Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução do serviço.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- O Licitante deverá apresentar a seguinte documentação para fins de Qualificação Técnica:
- 10.1. Encaminhar, dentro do envelope de habilitação, 01 (um) ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas, que comprove que o licitante administra ou administrou satisfatoriamente serviços de artes gráficas compatíveis em características com o objeto desta licitação.
- a) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica especificada no contrato social, registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- b) Entende-se por serviços compatíveis o desenvolvimento de trabalhos de diagramações de jornais, livros e/ou apostilas em arquivos de formato InDesign e criação e tratamento de imagens em extensão *JPG, PNG, TIFF...., acima de 300dpi.
- c) Este documento deverá conter:
- Informações da pessoa jurídica que expediu o documento como: nome, endereço, CNPJ, dados para contato e assinado por quem tenha competência para expedir.
- Informação do período que ocorreu a prestação de serviço com o licitante.
- III) Informações sobre as características do material diagramado (livros e/ou apostilas) assim como a quantidade de páginas diagramadas.
- 10.2. Cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que o licitante possui experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, na prestação de serviços terceirizados, compatíveis com o objeto ora licitado.
- Encaminhar, dentro do envelope de habilitação, portifólio da empresa.

11. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

A classificação das propostas será pelo critério de menor preço. Será vencedora a empresa que cotar o menor preço.

12. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

R\$ 13.660,00 referentes a 300 exemplares.

39



13. RESULTADOS ESPERADOS

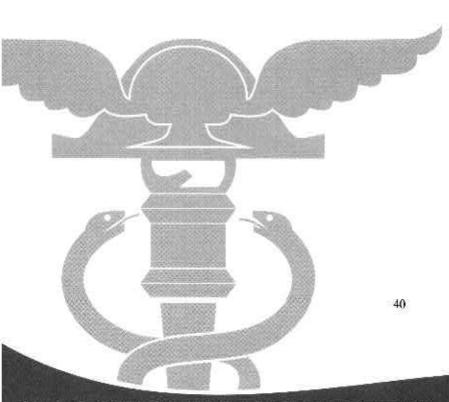
Viabilizar a Produção do "Balanço Socioambiental", Edições 2014 e 2015, para divulgar de forma transparente as atividades do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como divulgar ações de Responsabilidade Socioambiental praticadas pela entidade, de modo a torná-las públicas.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. – Os representantes das empresas licitantes poderão comparecer à Assessoria de Comunicação Social do Conselho Regional de Contabilidade de MS – Rua Euclides da Cunha, 994, Bairro Jardim dos Estados, em Campo Grande/MS, para verificar o modelo do Balanço Socioambiental e conferir os dados constantes do Termo de Referência.

14.2. A contratada deverá ter sede na cidade de Campo Grande/MS.

Assessoria de Comunicação Social - CRC/MS Campo Grande/MS, 16 de junho de 2015.





ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Pregão Presencial nº 04/2015 REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSOS Nºs001733/2015 (Lote 1) e 000684/2015 (Lote 2) PREGÃO SRP Nº. 04/2015 VALIDADE: 12 (doze) meses

1. O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO DO SUL - CRC/MS, inscrita no CNPJ sob n.º 01.578.616/0001-07, estabelecido nesta Capital, na Rua Euclides da Cunha, n.º 994 – Jardim dos Estados, neste ato representada por seu Presidente Contador Ruberlei Bulgarelli, brasileiro, solteiro, contador, inscrito no CRC/MS sob o nº 6498/O, domiciliado nesta capital, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos de nº 3.931/2001, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial - SRP nº 04/2015, RESOLVE:

Registrar	o preço ofertado para o	LOTE 1 pelo (s) Fornecedor	(s) Beneficiário (s)
		, localizac	to	, Telefone
	inscrito no CNPJ	sob o nº		, representado
por	, CPF Nº	, cor	nforme especific	ações descritas no
quadro ab	aixo.			

Lote 1

Descrição	Quantidade Estimada de Edições	Valor de Referência	Valor da Proposta Vencedora por Edição
Serviços de Confecção do Jornal Institucional do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul – CRC/MS.	06 (8.000 exemplares a cada edição)	R\$ 10.310,00, referentes à 8.000 (oito mil) exemplares por edição do jornal.	



Lote 2

Descrição	Quantidade Estimada de Edições	Valor de Referência	Valor da Proposta Vencedora por Edição
Serviço de Elaboração de Projeto Gráfico, Confecção, Produção, Impressão Gráfica, Acabamento e Geração de arquivo em PDF da versão final do material impresso do "Balanço Socioambiental 2014" e "Balanço Socioambiental 2015" do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul – CRC/MS.	02	R\$ 13.660,00 referentes a 300 exemplares por edição do Balanço Socioambiental.	

- A quantidade estimada será adquirida de acordo com a necessidade e conveniência do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MATO GROSSO DO SUL, mediante emissão de Nota de Empenho.
- As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas quando da emissão de Nota de Empenho.
- O prazo de entrega é de no máximo 10 (dez) dia corridos a contar do recebimento do pedido/Nota de empenho, pela Contratada.
- 1.4. A entrega deverá ser feita no CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MATO GROSSO DO SUL, localizado na Rua Euclides da Cunha, nº 994, Jardim dos Estados, Campo Grande/MS, em horário a ser agendado previamente.
- 1.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. VALIDADE DA ATA

- A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, contada a partir de sua assinatura.
- 2.2. Durante o prazo de validade desta Ata, o CRC/MS não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

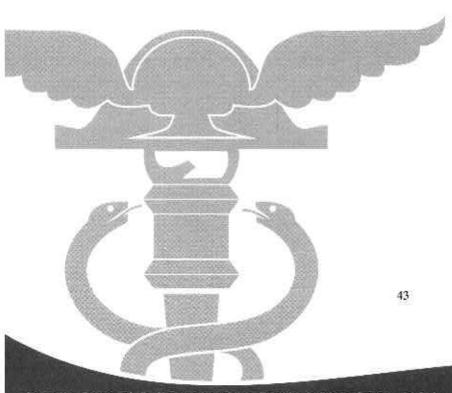


3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. As condições gerais para o fornecimento dos materiais, tais como: o início da execução, prazos, obrigações da Administração e do Fornecedor Registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas
Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s).





ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO Pregão Presencial nº 04/2015 REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO PARTICULAR E OUTRAS AVENÇAS

Pelo instrumento particular, de um lado a entidade fiscalizadora do exercício profissional CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO DO SUL -CRC/MS, inscrita no CNPJ sob n.º 01.578.616/0001-07, estabelecido nesta Capital, na Rua Euclides da Cunha, n.º 994 - Jardim dos Estados, neste ato representada por seu Presidente Contador Ruberlei Bulgarelli, brasileiro, solteiro, contador, inscrito no CRC/MS sob o nº 6498/O, domiciliado nesta capital, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado, a , VENCEDORA do Processo de Contratação do Empresa CRC/MS, modalidade PREGAO PRESENCIALnº 04/2015, inscrita no CNPJ sob o nº estabelecida nesta Capital, Rua , neste ato representada pelo Sra SSP/ e CPF n.º brasileiro, casado, portador do RG n.º domiciliado nesta capital, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato que decorre e tem seu fundamento no processo administrativo CRC/MS nº e se rege pelo disposto na Lei 8.666/93, pela proposta e demais elementos do referido processo, os quais consideram-se parte integrante e complementar do presente contrato, bem como, nas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto do presente contrato:

Serviços de Confecção do Jornal Institucional do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul – CRC/MS. (Lote 1)

Ou

Serviço de Elaboração de Projeto Gráfico, Confecção, Produção, Impressão Gráfica, Acabamento e Geração de arquivo em PDF da versão final do material impresso do "Balanço Socioambiental 2014" e "Balanço Socioambiental 2015" do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul – CRC/MS. (Lote 2)



2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

 2.1 – O Contrato irá vigorar pelo prazo em que estiver vigente a Ata de Registro de Preço.

Impressão Gráfica, Acabamento e Geração de arquivo em PDF da versão final do material impresso do "Balanço Socioambiental 2014" e "Balanço Socioambiental 2015" do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul – CRC/MS. (Lote 2)

- 3.2 -Pactuam as partes que, de acordo com o artigo 64 da lei nº 9.430, de 27/12/1996, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do Imposto Sobre a Renda (IRRF), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido)CSLL), da Contribuição Para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Para o PIS/PASEP e isto será aplicado na presente negociação, no que couber, cuja tabela de bens e serviços e demais informações sobre o que se refere este item se encontra à disposição das partes, no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (Instrução Normativa RFB nº 1.234 DOU de 12/01/2012, seção, pág. 22 e Instrução Normativa RFB nº 765 DOU de 09/08/2007, seção, pág. 32).
- 3.3 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após a entrega do serviço objeto da licitação, devidamente aprovado pelo departamento competente do CRC/MS e tal pagamento ficará condicionado à apresentação e entrega por parte do Contratado da Nota Fiscal devidamente aprovada pelo departamento competente do CRC/MS, conforme Edital de Pregão, cuja Nota Fiscal deverá ser apresentada ao CRC/MS com antecedência mínima de 48 horas do prazo fixado para o respectivo pagamento.
- 3.4 A nota fiscal deverá ser emitida, constando o valor do item adquirido, acrescido do frete, impostos, taxas e/ou contribuições e quaisquer outros encargos incidentes sobre a presente contratação, que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento descrito no item "3.3",a partir do recebimento regular da mesma (Instrução Normativa RFB nº 1.234 DOU de 12/01/2012, seção, pág. 22 e Instrução Normativa RFB nº 765 DOU de 09/08/2007, seção, pág. 32) e da data de entrega do bem, desde que de acordo com o que foi aqui contratado e na forma descrita no edital de licitação.



4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DACONTRATADA

4.1 - A CONTRATADA se compromete a:

- a) Assumir integralmente a responsabilidade pela execução do serviço e entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta e instruções do Edital do Pregão CRC/MS nº 04/2015 e seus Anexos;
- b) Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, legislação e outras normas sobre o assunto, para que o serviço seja compatível às obrigações assumidas;
- c) Manter seu cadastro de endereço (inclusive eletrônico) e telefones devidamente atualizados perante a CONTRATANTE, informando imediatamente qualquer alteração;
- d) Arcar com encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e com os tributos resultantes do cumprimento do contrato;
 - e) Agir segundo as diretrizes e princípios da Administração Pública;
- f) Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços prestados e danos ocorridos em face deles, nos termos da legislação vigente;
- g) Observar as demais disposições constantes do Edital do Pregão nº 04/2015, seus anexos e legislação pertinente.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO COMPRADOR

5.1 - O COMPRADOR:

- a) Rejeitará, no todo ou em parte, o objeto fornecido em desacordo com o solicitado no Termo de Referência que consta no Anexo I do Edital do Pregão Presencial no 04/2015.
- b) Procederá ao pagamento após o fornecimento do objeto nos prazos previstos no Edital.
- c) Exigirá o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, termos de sua proposta e legislação pertinente, inclusive trabalhista e tributária, sob pena de não ser efetuado o pagamento pelos serviços.
- d) Notificará à Contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades no objeto fornecido, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, sob pena de serem aplicadas as sanções já previstas no Edital e neste contrato, sem prejuízo de outras existentes na legislação pertinente ao assunto.

6. CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO



- 6.1 As cláusulas ora celebradas entre as partes são assim pactuadas em caráter irrevogável e irretratável, sendo que a inexecução total ou parcial do contrato, quando não suprível pela parte inadimplente, enseja a rescisão contratual, a qual poderá ser declarada pela parte lesada, ou ainda quando ocorrer quaisquer das seguintes hipóteses:
- a) descumprimento, cumprimento irregular ou tardio de cláusula contratual, especificações ou prazos;
 - b) decretação ou instauração de insolvência civil da Contratada;
- c) Dissolução da sociedade da empresa Contratada ou alteração social ou modificação da finalidade ou da sua estrutura que prejudique a execução do contrato;
- d) Excepcionalmente, por outros motivos de relevante gravidade e suficiente para ensejar a rescisão, satisfatoriamente justificado;
- 6.2 A rescisão antecipada do contrato ensejará à parte que der causa, a responsabilidade pela reparação dos danos causados, se for o caso, cumulada com aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação que dá suporte a presente contratação, salvo nas hipóteses de rescisão por ato unilateral por parte do CRC/MS nos casos descritos na legislação a que se refere o Edital de Pregão Presencial nº 04/2015.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

- 7.1 Pela não entrega do objeto do presente contrato, no prazo previsto neste instrumento, a Contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/1993 e na legislação pertinente ao assunto.
- 7.2 As sanções administrativas de que trata o item "7.1" não impede que o Conselho rescinda o contrato e aplique outras penalidades previstas na legislação que dá suporte a este procedimento de Contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO FORO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 8.1 Fica eleito para solução de qualquer pendência relativa ao presente contrato e/ou para dirimir quaisquer dúvidas dele oriundas, o foro da Comarca de Campo Grande MS, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que possa ou venha a ser.
- 8.2 Aplica-se ao presente contrato a legislação que dá suporte ao procedimento de Contratação e descrita no Edital de Pregão Presencial nº 04/2015, e, persistindo lacuna ou omissão, nas demais legislações que trata da matéria e os princípios gerais de direito.
- E por estarem assim justos e avençadas assinam as partes o presente contrato particular de compra e venda, em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor, na presença de duas testemunhas de tudo cientes que também assinam o presente instrumento, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.



Campo Grande/MS, de

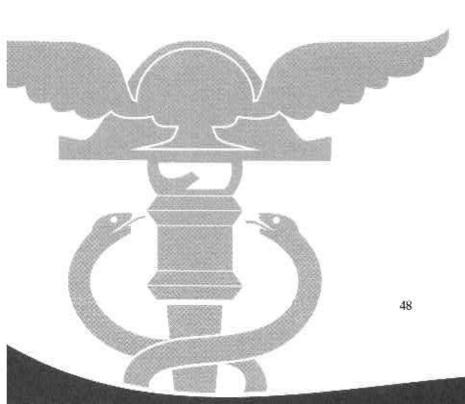
de 2015.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO DO SUL - COMPRADOR CNPJ 01.578.616/0001-07 Contador RUBERLEI BULGARELLI

	CNPJ	
	(Representante Legal)	
- Testemunhas:		
	•	
1. Nome:	2.	
MOHIE.	Nome:	

CPF:

(Razão Social)



CPF:



ANEXO IV

(Papel timbrado ou personalizado da empresa, se houver)

CARTA DE CREDENCIAMENTO - Pregão Presencial nº 04/2015

Campo Grande/MS, data

Aο Pregoeiro do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul Senhor Pregoeiro, Pela presente, a empresa inscrita CNPJ designa no Sr.(a) , portador(a) da carteira de identidade nº expedida pela SSP do Estado de ____, para nos representar no processo licitatório relativo ao Pregão Presencial nº 04/2015, podendo o mesmo formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, negociar preços e, ainda, rubricar documentos, renunciar ao direito de recurso e apresentar impugnação à recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim praticar todos os atos inerentes à referida licitação em nome da empresa.

Atenciosamente,

(carimbo, razão social e assinatura do responsável)